

## Artigo

### **Intelectual, historiadora, ativista e quilombola: contribuições de Beatriz Nascimento às militâncias negras**

Ronan da Silva Parreira Gaia  
Mestre em Ciências pela EERP-USP

Licenciado em Filosofia (CEUCLAR), História (FAMOSP) e em Pedagogia (FAFIL)

Pesquisador do Tierno Bokar: núcleo de estudos e pesquisas sobre o fenômeno religioso (UNILAB)

**Resumo:** O presente artigo trabalhou acerca da trajetória da intelectual Beatriz Nascimento em distintos aspectos, buscando evidenciar suas contribuições para a intelectualidade negra, a academia brasileira e os movimentos negros. Como metodologia, trata-se uma pesquisa exploratória e documental, realizada a partir de consulta aos estudos dos principais interlocutores da obra de Beatriz Nascimento, como Ratts (2006), Pinn (2019) e Batista (2016), bem como da análise da obra da autora e narração de Beatriz Nascimento no documentário *Óri*. Assim, foi possível sistematizar que o legado de Beatriz nos proporciona ferramentas para conhecer a luta das militâncias e dos movimentos negros desde a década de 1970 aos dias atuais, tendo em vista as conquistas desses sujeitos e, também, o cenário racista brasileiro que se aperfeiçoa nos períodos atuais.

**Palavras-chave:** Beatriz Nascimento. Ativismo Intelectual. Intelectualidade Negra. Quilombo; Racismo Acadêmico.

### **Intellectual, historian, activist and quilombola: Beatriz Nascimento's contributions to black militancy**

**Abstract:** The present article worked on the trajectory of the intellectual Beatriz Nascimento in different aspects, seeking to highlight her contributions to black intellectuality, Brazilian academics, and black movements. As methodology, this is an exploratory and documental research, carried out from consultation to the studies of the main interlocutors of Beatriz Nascimento's work, such as Ratts (2006), Pinn (2019) and Batista (2016), as well as the analysis of the author's work and Beatriz Nascimento's narration in the documentary *Óri*. It was possible to systematize that the legacy of Beatriz provides us with tools to know the struggle of militancy and black movements since the 1970s to the present day, in view of the achievements of these subjects and, also, the Brazilian racist scenario that is perfected in current periods.

**Keywords:** Beatriz Nascimento. Intellectual Activism. Black Intellectuality. Quilombo. Academic Racism.

## Introdução

Conforme acumula o material científico que a faz possível, a academia leva consigo legados não apenas de períodos históricos e contextos sociais, mas também dos sujeitos, intelectuais e cientistas, que já a compuseram. Dessa forma, tais memórias também ficam tatuadas em uma herança acadêmica de incontáveis nomes que possibilitaram alcançar os conhecimentos até aqui adquiridos pelas sociedades modernas. Nesse passo, e de forma similar, os ativismos, muitas vezes atrelado a trabalhos acadêmicos, constroem pertinentes hereditariedades às lutas políticas, o que as fortalecem e nos levam a organizações sociais cada vez mais democráticas, ou que, ao menos, buscam ser. Há ainda, forças que unem ambas transmissões, deixando trabalhos e resultados de inestimável valor(es) aos que ficam. Uma dessas pessoas foi a historiadora, quilombola, ativista negra, intelectual e nordestina Beatriz Nascimento.

Dessa maneira, os parágrafos abaixo foram tecidos no intuito de elucidar algumas das contribuições de Beatriz Nascimento para as militâncias negras, principalmente a partir da análise dos textos e narração do documentário *Órí* (GERBER, 1989) realizados por Beatriz. De forma mais precisa, através desse oportuno exemplo, objetivamos apontar para o racismo acadêmico enquanto o responsável pelo apagamento dos intelectuais negros e negras que compõem a comunidade científica.

Trata-se de uma pesquisa exploratória e documental, de caráter qualitativo e realizada a partir de: (a) consulta aos estudos dos principais interlocutores da obra de Beatriz Nascimento, como Ratts (2006), Pinn (2019) e Batista (2016); (b) da análise da obra da autora e narração de Beatriz Nascimento no documentário *Órí* (GERBER, 1989). Assim, os materiais identificados a partir dessas duas fontes de indícios compuseram os documentos que formaram a base do *corpus* analítico do presente artigo.

Face ao exposto, para organizar as questões trazidas pelo presente artigo o mesmo foi dividido em cinco seções que nos encaminham para as considerações finais e salientam a pertinência de apresentar a trajetória e obra de Beatriz Nascimento, bem como de intelectuais negros ante a falsificação histórica, muitas vezes, incentivada, inclusive, nas academias. Primeiro, entende-se ser necessário abordar a história de vida (pessoal, política e intelectual) de Beatriz, a fim de contextualizar as demais partes. Em seguida, será abordada sua relação com o quilombo, tema de seus estudos científicos e palco de sua militância. Então, será possível apresentar sua face ativista através do documentário *Órí* (GERBER, 1989). Outro ponto importante de destacarmos para alcançar nossos objetivos é a problemática da falsificação histórica, a qual se propõe (e impõe) as academias brasileiras, que se organiza, muitas vezes, como instituições racistas e coloniais. Por

último, dentro do exposto sobre o apagamento e a invisibilidade dos acontecimentos históricos que dizem respeito ao povo negro, cabe abordar a posição de não ser e não lugar desses sujeitos negros quando parte da academia. Enquanto sujeitos marginalizados, essa questão se torna constante, sendo reproduzida também nos espaços que supostamente deveriam ser os mais democráticos possíveis: onde se faz ciência.

### **Narrativas de uma intelectual transatlântica**

Para iniciar esta discussão, é preciso responder a seguinte indagação: quem foi Beatriz Nascimento? Assim, de acordo com Ratts (2006), Maria Beatriz do Nascimento nasceu em Sergipe em 1942, migrando, com seus pais e irmãos, para o Rio de Janeiro, ao fim do ano de 1949. Mais tarde, entre 1968 e 1971, Beatriz graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), período onde estagiou no Arquivo Nacional e, em seguida, tornou-se “professora de História da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro” (RATTS, 2006, p. 27). Em sua trajetória intelectual e política, expõe Ratts (2006) no livro “Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento”, ela também participou do grupo de estudos 'Grupo de Trabalho André Rebouças' da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde ainda concluiu cursos de formação continuada, e teve contato com movimentos negros como o famoso Movimento Negro Unificado (MNU), embora tivesse suas razões e afastamentos políticos.

Ratts (2006) a descreve enquanto negra, intelectual e ativista responsável pela produção de trabalhos científicos sobre os quilombos, associando o campo da militância ao acadêmico. O autor ainda aborda acerca do documentário *Órí*, segundo ele, seu trabalho mais conhecido, onde ela apresenta os movimentos negros entre os anos de 1977 e 1988, centrando-se sobre os quilombos e incidindo sobre a relação África-Brasil. Nesse ínterim, a mesma viajou para dois países africanos, envolta de seus estudos e intenções políticas (RATTS, 2006). Ratts (2006) ainda coloca em discussão a questão do negro intelectual, trazendo à tona nomes como, bell hooks e Milton dos Santos para explicar a dificuldade de quem ocupa tal posição marcada por uma invisibilidade que o autor entende ter sido rompida por Beatriz Nascimento, embora, ele mesmo diga que ela, assim como muitos outros intelectuais negros, hoje, está esquecida. Entretanto, ressalta, uma mulher negra no espaço acadêmico nunca é imperceptível.

No mais, Beatriz foi orientanda de Muniz Sodré durante seu mestrado em Comunicação Social, não concluído, na UFRJ, em razão de seu falecimento precoce (RATTS, 2006). Sobre Beatriz, Sodré (1995 apud. RATTS, 2006, p. 32, grifos do original) faz o seguinte relato:

Beatriz Nascimento foi uma dessas pessoas atravessadas pela angústia daquele famoso “resíduo insolúvel” no processo da modernidade, sobre o qual sociólogos vivem construindo suas teses. Eu a conheci de perto, percebi que ela sabia e sentia que, no resto insolúvel, parece jogar um certo destino, inaceitável para a consciência da pessoa. Tentou como intelectual (professora de História, conferencista, escritora) compreender e superar o trágico oriundo da dívida simbólica do ser negra. Tinha largo trânsito na comunidade. Na vida pessoal, era às vezes sofrida, mas sempre lúdica e doce. Não a atemorizava o risco da verdade. Mas isto é temerário, quando se vive numa sociedade machista.

Do relato de Sodré emergem considerações que merecem ser destacadas, Beatriz Nascimento não apenas compreendia o racismo e o machismo à brasileira como era, também, vítima de tais fatores. Não obstante, tentava através de seu trabalho intelectual e de sua militância e trânsito na comunidade negra denunciar e superar tais questões.

Batista (2016) colabora com nossa contextualização da história de Beatriz Nascimento. Assim como o presente artigo, o trabalho de Batista (2016) tem como objetivo analisar a trajetória de Beatriz Nascimento e refletir sobre o silenciamento acerca dos intelectuais negros brasileiros.

Em especial, acerca da história de vida pessoal de Beatriz, Batista (2016) expõe uma lacuna nos registros que tratam da sua adolescência até a matrícula na universidade, anos nos quais a única certeza é que a mesma continuou residente no Rio de Janeiro e estudando. Fato é que a partir da universidade, Beatriz reconheceu sua identidade cultural ao mesmo tempo em que percebeu na coletividade negra um trajeto para libertação individual do corpo histórico que ela entendia habitar (BATISTA, 2016). Esse também foi o momento e espaço, expõe Batista (2016), dela questionar a maneira como a história era/é difundida na academia brasileira. A partir dessa crítica, ela defendeu uma revisão historiográfica, sendo contrária a posição que lhe reservaram na história do país e passa a se dedicar aos estudos sobre os quilombos no Brasil e na África (BATISTA, 2016).

No estudo em questão, o autor menciona que a hierarquia acadêmica brasileira opta pelo esquecimento de intelectuais negros à luz da valorização de culturas e estudos brancocêntricos como supostamente mais válidos. Para Batista (2016), a intelectualidade negra brasileira enfrenta o dilema social e racial por pensarem a sociedade a partir de suas vivências, o que também os leva a serem, propositalmente, deixados de lado pela academia brasileira.

Segundo ele, a produção intelectual de Beatriz Nascimento foi conduzida pelo conceito/fenômeno do quilombo no que tange a sua organização, resistência e protagonismo negro, o que envolve, necessariamente, reflexões acerca de gênero, identidade negra, corporeidade e território. Também compõe suas principais discussões a questão do racismo e as problemáticas em torno da mulher negra, conforme coloca Batista (2016), que opta por dar destaques as seguintes

referências assinadas pela autora: “Por uma história do homem negro” e “Negro e racismo” de 1974; “Culturalismo e contracultura” e “A mulher negra no mercado de trabalho”, publicados em 1976; “O Quilombo do Jabaquara” de 1979; “Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso” em 1982; “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra” em 1985; “A mulher negra e o amor” de 1990, entre outras, inclusive aquelas de teor poético e político.

## O quilombo como símbolo de preservação da memória e resistência negra

Nas palavras da própria Beatriz Nascimento (2018, p.7, grifos do original):

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. **Uma possibilidade nos dias da destruição.**

É também Nascimento (1989) que nos explica que a memória é um conteúdo derivado do continente, seu passado, vida e história, criando uma analogia do corpo como um documento<sup>49</sup>. Com esta breve seção, pretendemos mencionar a importância que os estudos sobre os quilombos tiveram na trajetória de Beatriz, estudos esses importantes não apenas para sua carreira acadêmica, mas também pela sua condição de quilombola. No documentário *Óri* (GERBER, 1989), a mesma demarca bastante sua perspectiva, a qual parte/ é fruto de suas questões do que significa a palavra quilombo, porque justamente seus antepassados africanos o protagonizaram e porquê utilizamos esse nome no Brasil, dado que é uma palavra que, em sua época, havia quase que desaparecido da historiografia brasileira.

Todas essas questões, aponta Beatriz no documentário, levaram-na a um mesmo ponto de partida: “eles estavam, realmente, exercitando a chamada guerra do quilombo e que era a necessidade que eles tinham de terra” (NASCIMENTO, 1989, 17:33-18:03). Ao colocar isto, ela quer dizer que a guerra do quilombo foi o movimento dos negros escravizados para fugir das senzalas em busca de liberdade, instaurando os quilombos e reivindicando a terra, haja vista que

---

<sup>49</sup> Ainda, em suas palavras: “A linguagem do transe é a linguagem da memória. Tudo isso não resgata a dor de um corpo histórico. Aquela matéria se distende, mas ao mesmo tempo ela traz com muito mais intensidade a história, a memória, o desejo. O desejo de não ter vivido a experiência do cativo. A escravidão é uma coisa que está presente no corpo, no nosso sangue, nas nossas veias” (NASCIMENTO, 1989, 41:55-42:37).

nas culturas africanas a terra é sagrada. Logo após essa fala, ela aborda a questão do estar só, no contexto da fuga e da busca de liberdade, mesmo desconhecendo o território.

Segundo Nascimento (1989, 18:39-18:50, grifo nosso), o surgimento do quilombo advém do "fato histórico que é a fuga: é o ato primeiro de um homem que não reconhece que é propriedade de outro, daí a importância da migração [negra], a importância da busca do território". Em "O conceito de quilombo e a resistência cultural negra" (1985), Beatriz Nascimento explica todo esse processo do tráfico negreiro, bem como a formação dos quilombos no Brasil e em Angola. Nascimento (1985, p. 42) coloca que nessa época o Brasil era o que mais recebia "mercadoria" escravizada e conforme a procura aumentava, intensificava-se as perseguições pelo interior do Congo

A "zona de caça" preferida era a região da etnia mbundu, no sul de Angola<sup>50</sup>. No século XVII os portugueses verificaram definitivamente que o comércio humano mais que qualquer atividade atendia aos interesses coloniais. Três métodos principais se mostraram eficazes para este empreendimento. O primeiro baseava-se na compra por traficantes nos mercados dos povos mais afastados, junto às fronteiras do Congo e de Angola. Mpunbu, povo fixado próximo ao lago Stanley, deu nome a estes traficantes, os famosos pombeiros. O segundo método consistia na forma de obter escravos através da imposição de tributos aos chefes mbundus conquistados. Tal tributo era pago em jovens escravos adultos conhecidos sob o nome de peças da Índia. O terceiro método de adquirir escravos era através de guerras diretas. Os governadores eram os mais interessados neste último procedimento. Alguns deles, com interesses no Brasil, preocupavam-se em abastecer de escravos suas próprias terras americanas (NASCIMENTO, 2016, p. 46, grifos do original).

Com isso, o primeiro quilombo no Brasil registrado oficialmente em um documento colonial data de 1559, porém apenas em 1740 as autoridades portuguesas definiram os quilombos "toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles" (NASCIMENTO, 1985, p.43). Nascimento (1985) explica que esta posição do governo imperial português é resultado direto da destruição do famoso Quilombo dos Palmares, o qual assumiu destaque a história por sua organização e expansão.

De acordo com a autora, é possível que Palmares seja o mais próximo ou o único que possa ser associado a instituição quilombo que coexistia em Angola, pois o período de sua existência coexiste com fenômenos semelhantes que se desenrolavam em Angola na mesma época de sua origem. Trata-se do auge da resistência Jaga, povo que dá nome ao verdadeiro título de Palmares:

---

<sup>50</sup> A partir disso, é possível explicar a razão do Candomblé Bantu/Angola ser majoritário no Brasil por um longo período, posto que esses foram a maioria dos trazidos para cá. Inclusive, essa nação é a raiz do candomblé demonstrada no documentário *Órí* (GERBER, 1989).

Angola-Janga<sup>51</sup>. Angola-Janga ou Palmares também possuía outras semelhanças com a realidade angolana como a nomeação do chefe, com uma pequena variação aquela dada ao rei Imbangala.

Evidente, aponta Nascimento (1985), que apesar da relação Brasil e Angola nesse período, os quilombos no Brasil se configuravam de acordo com as necessidades das realidades aqui experienciadas. Por essa e outras, Beatriz Nascimento (1985) insistia na necessidade da historiografia brasileira se esforçar nos estudos desta temática para que possamos alcançar definições realistas quanto aos quilombos no que tange a sua dinâmica de tempo e suas estruturas sociais. Entretanto, coloca a autora, persiste-se (ainda hoje) a ideia de quilombos como simples aldeias ou refúgios de escravizados, ideia essa muito diferente dos grandes Estados, como Palmares, que eram e que hoje simbolizam um instrumento ideológico contra as muitas formas de opressão.

Em “O quilombismo”, seu contemporâneo Abdias do Nascimento (2019) complementa a obra de Beatriz ao refletir sobre a imprescindível necessidade do negro em se reafirmar como negro recuperando sua memória, identidade e ancestralidade negra. Ele coloca que o movimento quilombista é uma potente estratégia para essas reafirmações da negritude. Haja vista que a história do negro se encontra excluída dos olhares dos próprios negros, na medida em que é narrada por não-negros. No Brasil, assume uma característica que por ter começado a partir do olhar sobre o tráfico de escravizados, a história negra é abordada de forma a desconsiderar toda a ancestralidade africana na diáspora afro-brasileira (NASCIMENTO, 2019). Portanto, o quilombismo serve como uma estratégia também para o combate ao racismo e intenta (re)construir uma sociedade inspirada nas culturas africanas, afro-brasileiras, sobretudo nos quilombos, importantes símbolos de resistência negra em solo brasileiro. Dessa forma, reforçamos a importância de valor inestimável do trabalho de Beatriz Nascimento.

### **Os Movimentos Negros brasileiros examinados no documentário *Ôri***

Como potente resultado dessa trajetória política, acadêmica, pessoal e ancestral, o documentário *Ôri* (GERBER, 1989) expõe a luta dos militantes negros para a inserção do negro na história do Brasil, no processo de desenvolvimento nacional e denúncia a falsificação de muitos estudos acadêmicos que tem o negro unicamente como objeto de pesquisa. Além disso, no

---

<sup>51</sup> “Certo é que o nome Angola dado ao território colônia africano derivou do nome do rei mbundu N’gola, o qual emprestou-o aos seus diversos descendentes-sucedores. Provavelmente representantes desta dinastia africana são transferidos pelo tráfico para o Brasil. Certo é que estejam em Palmares também como chefes do estabelecimento sedicioso. Provável que o segundo nome janga – variação de janga – demonstra a união destas duas linhagens chefiando o Quilombo de Palmares, porque assim estavam relacionados no controle do território mbundu em Angola” (NASCIMENTO, 1985, p. 44).

audiovisual, Beatriz Nascimento traça o quilombo como o elo entre a África e o Brasil, ambos em busca por liberdade. Consta ainda ressaltar que, através das mensagens passadas no documentário, foi possível refletir que os terreiros de candomblé também são quilombos, ao passo em que são espaços de ressignificação negra na diáspora. O documentário aborda essas questões, as quais são inerentes a vivência de Beatriz Nascimento e é expresso com primazia nas palavras abaixo:

Como eu pensava que podia continuar o Movimento Negro não está sendo aquilo que eu pensei, mas há um lugar aí onde tem que entrar a verdadeira luta pela libertação do negro que é a libertação de si próprio, do termo inclusive negro, do conceito de negro. Justamente eu vejo o negro que pode estar em mim, que pode estar em você (...). Mas não quero fazer bandeira política do negro. Não quero mais porque o movimento não é negro, o movimento é da História [negra]. Mas cada esforço é um esforço muito maior, é outro sistema que vai pintar até entrar de uma maneira bela, pura, com paz nas outras gerações até, pelo menos, 2030! Dando a vida! O processo não acaba. (NASCIMENTO, 1989, 1:17:50-1:18:53).

Em iorubá, a palavra *orí* significa cabeça, trata-se da relação da história, memória e do tempo com a conscientização negra (BATISTA, 2016). Assim, todos adquirimos um *orí* ao nascer, ao tornamo-nos um corpo físico, e isto nos singulariza, assim como nos mantém associados com nosso orixá (BATISTA, 2016). Posto isso, o documentário tem esse nome, pois mostra a luta negra em busca do direito de poderem se reafirmarem como tal, fazendo ligações entre África e Brasil.

Na produção, Beatriz lembra uma parte de sua história por meio da análise de uma fotografia repleta de memórias. Na narrativa contada pela historiadora, há muita emoção em razão da associação à migração de seus pais ao Rio de Janeiro com as fugas de escravizados com o sonho de retornar as suas terras natais, em África. Essa lembrança o lhe causa mágoa sobretudo pelo apagamento que, em geral, envolve a educação básica sobre os contextos e a desumanização dos sujeitos africanos escravizados no Brasil. Nessa reflexão, ela propõe reconstruir a perspectiva com que os negros no Brasil entendem o continente africano. Segundo ela, esses sujeitos não conhecem a história das próprias origens, o que se expressa nas dúvidas que demonstram desconhecimentos básicos sobre as experiências africanas. O documentário é de suma importância para todo o ativismo, a intelectualidade e o povo negro, pois mostra a militância negra aguerrida há mais de 40 anos denunciando o *modus operandi* do apagamento histórico que a academia estabelece com intelectuais negros.

### **Sobre a falsificação histórica e o (não) lugar do negro no Brasil**

Benedicto, no estudo intitulado “As Origens Africanas da filosofia Grega” (2014), afirma que as ciências, filosofia e as artes são oriundas do norte da África e não da Grécia como afirmam muitos livros de filosofia, bem como muitos filósofos. Segundo Luiz Antônio Simas (2017), isso ocorre pelo o que ele concebe como racismo no campo do simbólico, ou seja, os saberes e culturas africanas recebem valores inferiores aos saberes gregos e europeus, por terem sido instituídos por negros. Embora a criação do termo filosofia seja atribuída a Pitágoras e a história da filosofia grega aponte Tales de Mileto como o primeiro filósofo, Benedicto (2014) expõe, a partir dos estudos de Cheikh Anta Diop (1947) sobre a origem da civilização que no continente africano havia sim o pensamento e a indagação filosófica, por exemplo. Benedicto (2014), também se ancora no estudo de Diop para reproduzir o que o autor em questão concebe como falsificação histórica que foi causada (e ainda hoje é fomentada) pelo racismo e denunciada, direta ou indiretamente, por Beatriz Nascimento em suas obras.

Beatriz Nascimento (2018) reflete que toda definição de cultura brasileira passa pelo crivo do dominador que a estabelece como cultura dominante e intelectual racialmente branca. Destarte, ao recontar a história negra sem falsificações brancas, a autora aponta que a cultura negra deve ser reexaminada pelas perspectivas e aspirações negras e não pelo ponto de vista da ideologia branca dominante. Segundo ela, isso só é possível quando se assume uma postura fiel a real história do Brasil, considerando um levantamento histórico das vivências negras e suas consequências hoje, para com seus descendentes. Assim, afirmava Beatriz, será possível desconstruir o complexo contido naqueles que vivem a herança existencial negra, tal como o racismo.

Esse resgate a qual nossa referência propõe é um verdadeiro combate ao epistemicídio denunciado por Carneiro (2005), isto é, o genocídio dos saberes e vivências não hegemônicas, no caso, não-brancas. A morte cultural ou epistemicídio acontece de maneira naturalizada, seja em forma de folclore, como bem expõe Abdias Nascimento (2016), ou, por exemplo, através das missões jesuítas, como tudo começou. Pinn (2009) nos ajuda a compreender melhor essa dinâmica ao explica que

(...) Tanto o epistemicídio como a política de invisibilização atuam numa estrutura epistêmica em que não há muito cuidado quanto à injustiça epistêmica. Configuram-se historicamente enquanto mecanismos de subalternização e invisibilização das práticas, tradições e produções epistemológicas não partilhadas pela visão de mundo eurocêntrica que orienta a epistemologia ocidental moderna. Essas estruturas na disciplina histórica estão intimamente relacionadas a partir de sua base fundante comum, ou seja, a tradição historiográfica moderna ocidental a fim de promover a manutenção do poder e a legitimação de um único grupo social, atribui a si a autoridade da fala e a produção de um único discurso legítimo (PINN, 2009, p.146).

Na vida social do cotidiano brasileiro é possível perceber valores, saberes, crenças e tudo mais associado as origens africanas, ou ao negro, se perder ou ser rejeitado, quadro que nos leva a concluir que o objetivo do projeto de formação do Estado brasileiro<sup>52</sup>, indicado por Gaia et al. (2019), tem sido cumprido. Ao mostrar fotos pessoais para falar de sua trajetória de vida, Beatriz Nascimento demonstra bem esse processo enquanto reflete sobre como o Brasil rejeita as suas raízes africanas. A partir de suas pontuações, podemos considerar que essa rejeição causa um auto conflito nos sujeitos negros que precisam se submeter a um ideal de ego branco inalcançável (SOUZA, 1990)<sup>53</sup>.

A foto em questão é uma carteira de identidade, na qual Beatriz aponta que não sabe quem ela era no momento da foto, na qual ela se encontrava com os cabelos alisados. Segundo ela, isso é, em si, uma contradição ao passo que o documento devia servir justamente para a identificar. Diante de discussões tão internas, estruturais e complexas como essa, Beatriz Nascimento (1989) coloca que a questão econômica no Brasil é um problema para as bases de militância política, como também para a academia, mas não o grande drama do país, pois, para ela as questões raciais em torno do não reconhecimento da pessoa negra é o que de fato possui peso preponderante. De acordo com a historiadora, o grande problema do Brasil são as desigualdades sociorraciais, na medida em que o homem negro é excluído da história do Brasil. Assim, é possível concordar com Costa (1990, p.2) quando o mesmo afirma, resumindo o quadro geral do racismo a brasileira, que “(...) ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e a de recusar, negar, anular a presença do corpo negro”. Cabe o destaque que quando citadas essas dores, o quesito financeiro não ganha ênfase, provavelmente por ser um resultado geral do tratamento e posição que se dá ao negro no Brasil, o não-lugar, problema que acontece, justamente, pela falsificação histórica acusada por Nascimento (todas as obras).

É nesse sentido que as manifestações de Ratts (2006) acerca da academia fazem sentido. Segundo o autor, responsável por escrever acerca da vida política, pessoal e acadêmica de Beatriz do Nascimento, o racismo que incide sobre a intelectualidade negra na academia age sobre manifestações tão fortes que basicamente admitem que as produções negras partem única e exclusivamente de vivências escravistas. Assim, não cabe outro espaço que não o de não-lugar

---

<sup>52</sup> A intenção era formular um Estado embranquecido através dos princípios eugenistas, em prol de uma suposta civilização, incabível as populações não-brancas (GAIA et al., 2019).

<sup>53</sup> Para Costa (1990, p. 2), “Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e a de recusar, negar, anular a presença do corpo negro”.

desse sujeito negro também na academia, como veremos a seguir. Segundo o autor, a ideia de democracia racial no Brasil é um mito. Ele coloca que talvez seja possível uma democracia com outros povos e/ou construções raciais, mas não com relação ao negro, argumento esse difícil de contestar ao passo que tudo nos leva a crer nessa triste realidade.

### **O (não)lugar do negro na academia brasileira: entre fissuras e (des)continuidades**

Ao abordar a vida de Beatriz Nascimento é necessário tratar desse assunto porque o legado da mesma nos faz questionar, até os dias de hoje, a razão de autores/as negros/as serem pouco lidos na academia, sendo que eles têm produções e um legado importante não apenas para os movimentos negros, mas para a sociedade e a luta contra as desigualdades como um todo. No documentário *Óri*, Nascimento (1989, 08:02-08:19) coloca que “a cultura negra que conseguiu se amalgamar com a cultura índia é, realmente, a cultura brasileira, uma cultura muito forte, mas que insiste em impor como cultura, inclusive impor o próprio termo cultura, como sendo uma coisa nobre e europeia”. Este apontamento tanto é correto que a academia exclui intelectuais negros/negras até hoje, como fez com ela (RATTS, 2006).

Posto isso, podemos entender o espaço acadêmico (tanto hoje, como no período das contribuições de Beatriz), como uma estrutura racializada que se mantém nas práticas e concepções racistas estruturantes à epistemologia (PINN, 2009). Trata-se, portanto, como bem coloca Pinn (2009), de um lugar que relega pessoas negras a posições subalternas e é majoritariamente dominada e mantida por pessoas brancas. Na década de 1970, Nascimento (1989) já observava uma questão ainda muito presente nos estudos acadêmicos sobre as populações negras brasileiras: o fato da maioria desses estudos serem realizados por sujeitos brancos, sendo o negro objeto tradicional de estudos dos pesquisadores brancos. Atualmente, tal questão foi analisada por Lourenço Cardoso em sua tese de doutorado intitulada “O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil” (2014), a qual questiona o negro historicamente tido como objeto tradicional de estudos do pesquisador branco, análises essas que nem sempre conseguem relatar de forma fidedigna os impasses do racismo no Brasil. A crítica do autor incide sobre o fato de que muitas vezes essa face da academia brasileira se limita a seu objetivo de estudo e, mesmo sem contribuir para a difusão do antirracismo ou dos movimentos negros, acabam tornando-se porta-voz dos estudos sobre negritude.

Nos últimos anos, com o fomento da política de cotas sociais e pela lei 10.639/03, Pinn (2009) coloca que este quadro tem mudado, mesmo que de forma lenta. Segundo ele, homens e

mulheres negras têm dado um aspecto plural aos sujeitos, histórias e epistemologias presentes no ambiente universitário. Mesmo assim, aponta ele, esses pesquisadores, e suas pesquisas, sofrem com a marginalização e os efeitos de uma branquitude preponderante, ainda inerente ao espaço acadêmico e a perspectiva construída sobre a definição de disciplina no ocidente moderno. Ele lembra que essas dificuldades persistem devido à cultura de subordinação epistêmica que agrega maior legitimidade a determinados autores usando como parâmetro universidades euro-americanas, as quais instruem a maior parte do nosso currículo, nos mantendo na posição colonial dos últimos séculos. É por esta causa que Nascimento (2018) entende que para o intelectual branco brasileiro interessado nos assuntos raciais possa entender sobre esse tema, ele precisa, a priori, desapegar do complexo de inferioridade que tem em relação ao eixo Estados Unidos e Europa para então ser possível encarar o Brasil e/ou o negro no Brasil como ele é de fato. Esse processo está atrelado a aceitação da miscigenação que nos compõe, ao fato de que usufruiu e usufrui de todos os bens ganhos pela(s) população(ões) negra(s), entre outros aspectos, em geral, não explorados, mas que fazem parte importantíssima da nossa história, cultura e política<sup>54</sup>.

A política de esquecimento (sabidamente proposital) da intelectualidade negra, aponta Batista (2016), é um meio que age através do apagamento da contribuição de diversos nomes, por ele citados<sup>55</sup>, da intelectualidade negra brasileira que, embora tenham sido marcantes e visíveis à sua época em poucas décadas puderam ser invisibilizados pelo racismo. Mas o que seria essa intelectualidade negra apagada e que ocupa uma posição de não lugar na academia? De acordo com Batista (2016), trata-se de

(...) um grupo social reconhecido, que também se reconhece como intelectual negro e negra, cuja atuação em espaços públicos – academias, organizações, movimentos, partidos políticos – reafirma a posição de advogar pelas causas da população negra. Acrescento que a intelectualidade negra na qual me refiro também parte de um reconhecimento da sua própria cumplicidade no processo de silenciamento do outro, mas que torna esse reconhecimento um espaço produtivo na medida em que questiona o lugar de onde teoriza (2016, p.54-55).

---

<sup>54</sup> Tais como aceitar, nas palavras literais utilizadas pela autora, “ter sido alimentado, amado e sido defendido por nós, aceite ter negado na prática de sua moral, sua religião, sua cultura dormindo conosco na cama, amamentado por nossas mulheres, defendido e instruído por nossos homens. Aceite-se sem culpa, sem preconceito. Aceite-se tão miserável quanto seus escravos, tão famintos quanto eles, tão “incultos” quanto eles (ou mais), talvez assim alguma coisa de nós possa ser útil para a compreensão de sua sociedade em crise” (NASCIMENTO, [1974] 2018, p. 53, grifos do original).

<sup>55</sup> Dada a importância e de dar nome, crédito e devido reconhecimento às pessoas negras, como bem intenta o presente estudo, segue os nomes citados: Luiz Gama [1830-1882], Monteiro Lopes [1867-1910], Hemetério dos Santos [1858-1939], Lino Guedes [1897-1951], Solano Trindade [1908-1974], Edison Carneiro [1912-1972], Abdias do Nascimento [1914-2011], Guerreiro Ramos [1915-1982], Clóvis Moura [1925-2003], Eduardo de Oliveira e Oliveira [1924-1980], Lélia Gonzalez [1935-1994] e, claro, não poderia faltar, Beatriz Nascimento [1942-1995].

Essa intelectualidade, coloca o autor, não se limita a uma única perspectiva ou a homogeneização de conceitos, “(...) o que faz dela [a intelectualidade negra] uma unidade discursiva é participar de um sistema de relações ou ser tomada por uma visão comum ou ser considerada um feixe de relações” (BATISTA, 2016, p. 64). Segundo Batista (2016), dentre as diversas maneiras de se contar a história do negro, há sempre uma relação entre o interesse de conhecer o passado com a vontade de explicar as falsificações históricas, isto é, as partes que foram escondidas da história oficial. Assim, ele defende que essa problemática é fruto da herança racista do campo acadêmico brasileiro que, conforme considera o autor, cria barreiras devido ao incômodo gerado diante das contradições expressas em suas colocações (hegemonizadas) acerca do Brasil e do negro. Esta herança compõe um microcosmo social baseado na universalidade epistemológica e na despreocupação com a diversidade, o que resulta, inevitavelmente, no apagamento das construções de conhecimento não brancas que atuam na contramão das produções intelectuais daqueles que se colocam no poder. Por isso, Batista (2016, p. 71) diz:

Insisto que a ausência da intelectualidade negra no campo intelectual brasileiro nem pode ser atribuída exclusivamente à falta de capital simbólico convertido a partir de algum tipo de capital específico, nem por um sistema de disposições particulares – *habitus*. Isso porque dificilmente a intelectualidade negra corresponde aos critérios estabelecidos pelo campo intelectual brasileiro. Mesmo tendo acumulado diferentes tipos de capital específico - cultural, escolar, político, científico – seria particularmente difícil identificar homens e mulheres negros que chegaram efetivamente a convertê-los em capital simbólico.

Dessa forma, a intelectualidade negra é silenciada proporcionalmente ao fato de que a discriminação contra a população negra é agravada (BATISTA, 2016). Batista (2016) então diz que o que define uma posição enquanto intelectual não é simplesmente um capital em especial, seja esse de classe, origem ou escolaridade. De acordo com o autor, isso acontece porque o apagamento desses intelectuais é resultado direto da reprodução dos meios de marginalização nos microcosmos sociais, no caso, na universidade. As regras das heranças racistas que estruturam nosso país, política, econômica, cultural epistemologicamente, valem em todos os âmbitos da sociedade, mesmo nas ciências ou nos espaços de produção de saber e inovação (BATISTA, 2016).

Neste ínterim, o estudo “*We Wear the Mask*”: *Self-Definition as an Approach to Healing From Racial Battle Fatigue*<sup>56</sup> (OKELLO et al., 2020) reflete que a escravidão é um evento que ainda se encontra em curso nos dias atuais e inapagável da história das sociedades, haja vista o longo período em que a mesma se perdura e se moderniza com as abolições. Ou seja, para o autor acadêmicos

---

<sup>56</sup> “Nós usamos máscara”: Auto-Definição como abordagem para a cura da fadiga racial da batalha (tradução nossa).

negros usam máscara para adentrar a espaços onde são minorias, sobretudo pela potência do racismo nesses espaços, mas preveem a autodefinição, bem como a autoafirmação e o autocuidado, como estratégias de resistência negra em espaços que tradicionalmente rejeitam seus corpos negros. Trata-se de uma explicação bem sólida da ação da herança racista, exposta acima, sobre a sociedade brasileira.

Por último, a partir de Ratts (2009), podemos fechar esta discussão com sua abordagem do movimento negro na academia, foco principal de sua análise. De acordo com o autor, a academia rejeita sujeitos negros, pois não fora pensada para eles, o que levou a uma aproximação desses acadêmicos aos movimentos negros, ao passo em que se formavam verdadeiros questionadores das organizações sociais já postas, o que inclui o próprio movimento negro. Eles também deram novos significados ao fazer político-social, racial e de gênero (RATTS, 2009).

Por entenderem o custo de ser negro no Brasil, muitos acadêmicos negros acabaram se tornando grandes ativistas intelectuais que romperam com a subalternidade e enfrentaram os preconceitos sociais (RATTS, 2009). Exemplo desta ligação, coloca Ratts (2009), está em como o movimento negro contemporâneo se coloca no âmbito das universidades brasileiras hoje, aspecto esse materializado nos coletivos de estudantes e professores negros e na fundação de organizações como a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, criada no ano 2000. Segundo o autor, esta é uma continuidade dos esforços de distintos grupos de jovens negros acadêmicos na década de 1970. Ele cita duas dessas organizações que merecem destaque e que aqui também devem ser honrados: o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), da Universidade Federal Fluminense e o Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros (GTPLUN) de São Paulo. Consta lembrar, o GTAR tem como uma de suas fundadoras a inspiração principal de toda essa discussão: Beatriz Nascimento. Todas essas ações permitiram ser possível a costura e publicação deste artigo.

### **Considerações finais**

Diante dessas colocações, fica aqui o questionamento de Cardoso (2014, p. 11) que indaga “Por que o branco pensa o Outro e não em si?”. Para responder esta questão, acreditamos que seja necessário compreender Fanon (2008) que explica que o branco não se racializa, o que limita, e muito, a autocrítica, mas também permite formular um perigoso ideal de ego branco em sujeitos por eles definidos como não-brancos e tipificados em raças. A vivência de Beatriz Nascimento exemplifica essa questão quando, por exemplo, ela denuncia e questiona pesquisas sobre negros

feitas por e para brancos, restritas as lentes e aos preconceitos branco-cêntricos, os quais nos levam a problemática educação observada por ela e, em muitos casos, ainda hoje vivida já que, como pudemos ver, os autores negros continuando sendo silenciados.

A trajetória de Beatriz Nascimento demonstra o quão cruel é para o sujeito negro resistir nas diásporas, principalmente pelo apagamento de sua ancestralidade que, quando descoberta é muitas vezes desencorajada pelas sociedades e pela academia que insiste em ter o negro como objeto de estudo, mas o rejeita quando este busca analisar sua própria ancestralidade (GAIA, 2021). Nesse contexto, resistir não pode ser compreendido como curvar-se ao ideal de ego branco, pretensamente inalcançável pelos sujeitos negros, haja vista o cruel cenário do racismo, mas (re)contar sua história (e de seus ancestrais) sem o romantismo e as falácias que, muitas vezes, pesquisadores brancos - por desconhecimento ou por racismo - comumente trazem em seus estudos e tentam falar em nome de uma negritude, rejeitada pelos mesmos, exceto quando como objeto de pesquisa.

Em *Óz*, Beatriz Nascimento traz à tona o movimento negro de base cultural. Na perspectiva de Gerber (1989), o documentário de Beatriz justamente ressalta a invisibilidade do homem negro na antiga e na moderna historiografia e as formas de resistência negra na diáspora, bem como as relações África-Brasil entre o movimento negro de 1977 e 1978.

Além de sua militância, seus estudos trazem inúmeras contribuições para compreender a importância da mulher negra - inclusive nos movimentos negros -, a origem e as reformulações dos quilombos que ainda hoje se concebem como espaços de resistência e preservação da cultura africana no contexto afro-diaspórico, bem como a falsificação histórica dos estudos sobre o negro e sua cultura no Brasil e a rejeição dos corpos negros nas academias brasileiras. Portanto, a luta, não apenas de Beatriz Nascimento, mas de outros militantes e intelectuais negros como Raul Joviano do Amaral<sup>57</sup>, Eduardo de Oliveira e Oliveira<sup>58</sup>, Hamilton Cardoso<sup>59</sup>, Abdias do Nascimento<sup>60</sup>, Thereza Santos<sup>61</sup>, entre outros/as que contribuíram significativamente na reivindicação dos direitos da população negra brasileira - haja vista que a sociedade brasileira era abertamente racista - e servem para (re)conhecer nossa própria história, como faziam os intelectuais

---

<sup>57</sup> [1914-1988].

<sup>58</sup> [1923-1980].

<sup>59</sup> [1953-1999].

<sup>60</sup> [1914-2011].

<sup>61</sup> [1930-2012].

acima expostos que constantemente buscavam no passado identificar questões ainda latentes em seu tempo, e continuar a luta cotidiana pela igualdade racial que mesmo com avanços significativos e a criação de espaços, inclusive em ambientes onde a presença negra ainda é, mesmo que de forma velada, rejeitada (como na academia, por exemplo) ainda se mostra um grande desafio no Brasil da atualidade.

Somado a isso, analisar a história de Beatriz permite compreender como foi moroso e, ainda é, esta luta pela garantia dos direitos da população negra no contexto afro-brasileiro composto pela escravização que ainda funciona de modo aprimorado, pelas culturas negras e suas dinâmicas para existir e resistir na diáspora, entre muitos outros ilimitados aspectos. Portanto, tal estudo buscou incentivar uma importante premissa africana de 'ouvir os mais velhos', compreender suas trajetórias e assim pensar o cenário futuro.

Por isso, ao ouvir Beatriz concluímos que sua trajetória nos proporciona ferramentas para conhecer a luta das militâncias e dos movimentos negros desde a década de 1970 aos dias atuais, tendo em vista as conquistas desses sujeitos e, também, o cenário racista brasileiro que se aperfeiçoa nos períodos atuais, assim como possibilita a busca pela reafirmação da identidade negra, que é, muitas vezes, desencorajada no contexto brasileiro que fomenta o ideal de ego branco em sujeitos negros. Tais colaborações são motivo de orgulho e necessárias, pois, dentro do sistema racista brasileiro, ser negro é estar a margem do processo de desenvolvimento social, humano e intelectual. Portanto, Beatriz, enquanto pessoa que rompe com essa norma é um símbolo de esperança em um futuro melhor.

## Referências

BATISTA, Wagner Vinhas. **Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento**. 2016. 279f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BENEDICTO, R. M. As Origens Africanas da filosofia Grega: Mito ou Realidade?. *In*: II Congresso Nacional de Professores, 2014, Águas de Lindóia. **Anais II Congresso Nacional de Formação de Professores e do XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores: por uma revolução no campo da formação de professores**, 2014.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. 2014. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. *In*: SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro. Ou as vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

DIOP, Cheikh Anta. **The African Origin of Civilization Mith or Reality?** Westport: Ed Lawrence Hill, 1974.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.

GAIA, Ronan da Silva Parreira. O NEGRO-ACADÊMICO E AS TENSÕES ENTRE O *QUERER-SER-PERTENCER* EM ESPAÇOS EXCLUDENTES. **Revista da ABPN**, v. 13, n. 35, p. 366-386, 2021.

GAIA, Ronan da Silva Parreira et al. A nova política dos velhos tempos: reflexões sobre a construção de um projeto de nação. **Áskesis**, v.8, n.1, p.40-55, 2019.

GERBER, Raquel. **Órí**. 1989. 1:33:50.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

NASCIMENTO, Beatriz. Textos e narração de *Órí*. *In*: GERBER, Raquel. **Órí**. 1989.

PINN, Maria Lídia de Godoy. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e intelectuais. **Aedos**, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p. 140-156, dez. 2019.

OKELLO, Wilson Kwamogi et al. "We Wear the Mask": Self-Definition as an Approach to Healing From Racial Battle Fatigue. **Journal of College Student Development**, v. 61, n. 4, p. 422-238, jul-aug. 2020.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. *In*: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Org.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte-MG: Nandyala Livros e Serviços Ltda, 2009. p. 81-108.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

SIMAS, Luiz Antônio. **Liberdade Religiosa, Intolerância e Racismo | por Luiz Antonio Simas**. Canal Philos. YouTube, 11 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FRdOLYFFrLQ>>. Acesso em: 20 jun. 2019.